|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL** | | |
| **PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**  **Regido** pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nos 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, e pelas demais legislações aplicáveis. | | |
| **OBJETO** | Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação completa de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), com capacidade mínima para até 22 KW, com garantia *on site*, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo todos os componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. | |
| **SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME** | | |
| **DATA: 17.07.2025** | | **HORÁRIO DE BRASÍLIA: 14h30min** |
| **ENDEREÇO ELETRÔNICO** | | www.gov.br/compras |
| **PROCESSO** | | **00600-00003749/2024-16** |
| **ESTIMATIVA** | | **R$ 67.911,08** |
| **DATA DA ESTIMATIVA** | | **05.10.2024** |
| FORMA | | **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** |
| TIPO | | **MENOR PREÇO** |
| UASG: | | **974003** |
| **PREGOEIRO:**  Veridiana Barboza Ribas  **EQUIPE DE APOIO:**  Wildson Prado Oliveira  Henrique Luciano da Costa  Valter Formiga Albuquerque | | **ENDEREÇO**: Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti, CEP 70075-901, Brasília, DF.  **CNPJ**: 00.534.560/0001-26.  **TELEFONE**:(61) 3314-2742/3314-2202  **EMAIL:** [pregao.tcdf@tc.df.gov.br](mailto:pregao.tcdf@tc.df.gov.br) |
| **OBSERVAÇÃO:** O Edital ficará disponível nos sítios [www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes](http://www.tc.df.gov.br/web/site/licitacoes) ou www.gov.br/compras. Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no sítio www.gov.br/compras, não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao TCDF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido sítio. | | |

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados por despacho de 19.05.2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá até as **14h30min do dia 17.07.2025 (horário de Brasília)**, PROPOSTAS para o fornecimento e a instalação completa de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), incluindo todos os componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, conforme as especificações dispostas no Anexo I (Termo de Referência) e demais anexos. A licitação será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, modalidade Pregão, em sua forma eletrônica. Os procedimentos desta licitação serão regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como pelas Leis Distritais nos 4.611/2011 e 4.770/2012, pelo Decreto Distrital nº 44.330/2023, e pelas demais legislações aplicáveis.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação completa de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos) , com capacidade mínima para até 22 KW, com garantia on site, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo todos os componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, conforme as especificações dispostas no Anexo I (Termo de Referência) e demais anexos

1.2 Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no Sistema de *Compras do Governo Federal: Compras.gov.br* e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

Capítulo Ii – DA despesa e dos recursos orçamentários

2.1 A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R$ 67.911,08 (sessenta e sete mil novecentos e onze reais e oito centavos)**, que será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, com o seguinte enquadramento:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Programa de Trabalho** | **Classificação da Despesa** | **FT** |
| 01.122.8231.8517.0019 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais – TCDF) | 4.4.90.52.30 (Equipamentos e Material Permanente) Item 1 | 1500.1000 |
| 3.3.90.39.17 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica) Item 2 | 1500.1000 |

Capítulo IIi – dA IMPUGNAÇÃO do edital e dos pedidos de esclarecimento

3.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, mediante petição a ser enviada exclusivamente, por meio eletrônico, no endereço de e-mail [pregao.tcdf@tc.df.gov.br](mailto:pregao.tcdf@tc.df.gov.br).

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação ou responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

3.2.1. As respostas às impugnações e aos pedidos de esclarecimentos, bem como outros avisos de ordem geral, serão divulgadas pelo sistema no sítio [www.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br/)/compras, e vincularão os participantes e a administração, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

3.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

3.5. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

3.5.1 O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 3.1 deste Edital.

3.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1.  Os interessados deverão estar previamente credenciados perante o Sistema Eletrônico, por meio do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.2. Para ter acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas quando do credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

4.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4 Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, sob pena de recebimento das sanções previstas neste Edital:

4.4.1 as empresas que:

I. não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

II. nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, estejam impedidas de licitar ou contratar com o Distrito Federal (inc. III c/c §4º), ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública (inc. IV c/c §5º);

4.4.2 as pessoas físicas e/ou jurídicas que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 14, da Lei nº 14.133/2021 ou naquelas previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

CAPÍTULO v –DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no Sistema Eletrônico, o VALOR GLOBAL OFERTADO, considerando e incluindo todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.1.1.1 Os preços unitários e totais da proposta a ser encaminhada por meio do sistema de *Compras do Governo Federal: Compras.gov.br* não poderão exceder a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor.

5.1.2. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL** para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

5.1.3. Nessa fase não haverá ordem de classificação das propostas, observado o disposto no Capítulo VII deste Edital (DO MODO DE DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES).

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. As propostas ficarão disponíveis no Sistema Eletrônico e a existência de qualquer elemento que possa identificar o licitante importará a sua desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.2. As propostas deverão ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital, sendo que os licitantes ficam liberados dos compromissos caso não sejam convocados para contratação dentro do prazo de validade ofertado.

5.2.1. Caso a proposta seja omissa quanto ao prazo de validade, este será considerado como aceito pelo licitante para todos os efeitos.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.3.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos;

5.3.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.3.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#art7);

5.4. O licitante enquadrado como uma das entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa Lei.

5.4.1. O tratamento diferenciado, no âmbito deste Edital, concedido às microempresas e às empresas de pequeno porte, estende-se também, como entidades preferenciais, ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município, que tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, bem como às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite supracitado, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

5.5. A falsidade de quaisquer das declarações de que tratam os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação.

5.6. Essa fase será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

Capítulo VI – DA abertura da SESSÃO PÚBLICA do pregão

6.1 A sessão pública deste pregão será aberta automaticamente pelo Sistema Eletrônico na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio http://www.gov.br/compras.

6.2 Durante a sessão pública, somente será considerada oficial a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrida exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico.

6.3 Cabe ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

Capítulo ViI – DO MODO DE DISPUTA E DA formulação de lances

7.1. Para este certame será adotado, para o envio de lances, o modo de disputa aberto, na conformidade com o inciso I do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 c/c o artigo 124 do Decreto Distrital nº 44.330/2023, observados os critérios a seguir.

7.2 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.5 Observado o disposto no item 7.4, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.6. No caso de lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

7.8. A etapa de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item 7.8 será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratarem de lances intermediários.

7.8.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.8 e 7.8.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.8.3. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.8.2, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.8.4. Atendendo ao disposto ao art. 57 da Lei Federal nº 14.133/2021, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de:

7.8.4.1. R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para o Item 1, e

7.8.4.2. R$ 300,00 (trezentos reais) para o Item 2.

7.9. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.10. Quando a desconexão do Sistema Eletrônico persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos para o TCDF, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.11. Encerrada a fase de lances sem que tenha havido disputa, ocorrendo empate entre 02 (dois) ou mais licitantes, mesmo após a aplicação do disposto nos capítulos VIII e IX deste Edital, conforme art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, a qual será mensurada a partir das anotações realizadas no SICAF, tendo como parâmetros preferencialmente a ser utilizados os registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
   1. em primeira instância, a empresa que tiver o menor número de sanções de multa; e
   2. permanecendo o empate, a empresa que tiver o menor número de sanções de advertência.
3. desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
4. desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, em conformidade com a Lei Federal nº 12.846/2013.

7.11.1. Permanecendo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1. empresas estabelecidas no Distrito Federal;
2. empresas brasileiras;
3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Capítulo VIII - do empate ficto

8.1 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar no 123/2006, observada a declaração de que trata o Item 5.4 deste Edital.

8.1.1 Nos termos do disposto no art. 4º §2º da Lei nº 14.133/2021, as entidades preferenciais, microempresa ou empresa de pequeno porte, que desejarem se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar declaração específica de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública nos quais os valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.2 Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

8.3 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1 a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada, pelo sistema, para apresentar lance inferior àquela considerada vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do certame, sob pena de preclusão. Caso apresente preço inferior àquela considerada vencedora, será convocada para encaminhar proposta nos termos do Item 9.4 deste Edital;

8.3.2 não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma prevista no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1o e 2o do art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.3 no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1o e 2o do art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.4 na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar no 123/2006, a empresa ofertante da proposta originalmente vencedora do certame será convocada para encaminhar proposta nos termos do Item 9.4 deste Edital; e

8.3.5 o disposto no art. 45 da Lei Complementar no 123/2006 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, e do art. 1º da Lei Distrital nº 5.525/2015, serão desclassificadas as propostas que:

9.1.1. contiverem vícios insanáveis;

9.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

9.1.3. não estiverem em conformidade com quaisquer outras exigências contidas neste ato convocatório, desde que insanável;

9.1.4. apresentarem, após a fase de disputa, valores unitários superiores ao estimado no Anexo III (Estimativa de Preços) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter a sua viabilidade demonstrada por meio de documentação comprobatória de que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

9.1.4.1. Caso seja apresentada proposta com valores unitários superiores ao definido na condição prevista no subitem 9.1.4, o licitante poderá ajustar o valor proposto ao estabelecido, após solicitação do Pregoeiro, por meio de diligência, mediante apresentação da proposta ajustada em sessão pública eletrônica, desde que não eleve outros itens como forma de compensação.

9.1.4.2. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza hipótese de desclassificação da proposta.

9.2. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.3. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado após o encerramento do envio de lances.

9.4 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para o respectivo lote, deverá encaminhar, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável nos termos do §2º do art. 130 da Lei nº 14.133/2021, contado da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema de *Compras do Governo Federal: Compras.gov.br*, a proposta de preço adequada ao último lance, preferencialmente preenchida na forma do Anexo V (Modelo da Proposta de Preços e Modelo de Planilha Orçamentária de Discriminação Para a Proposta de Preços), juntamente com:

9.4.1 a declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, se for o caso;

9.4.2. a documentação complementar relativa à habilitação (Capítulo XI);

observando-se, ainda, o disposto no item 5.1.1.1 deste Instrumento.

9.5. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme as disposições do Edital.

9.6. Havendo necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, esses deverão ser encaminhados na forma do item 9.4.

9.7. Para efeito do julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas relativas aos documentos, desde que não alterem suas substâncias e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema de *Compras do Governo Federal: Compras.gov.br* poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, ao Serviço de Licitação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, localizado no 2º Andar do Edifício Anexo do TCDF, Edifício Palácio Costa e Silva, CEP 70075-901, Brasília/DF.

9.9. Havendo a necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.7 ou o recebimento dos documentos solicitados na forma do item 9.8, a sessão pública somente será reiniciada após aviso prévio no Sistema Eletrônico com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, com registro em ata.

9.10. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.11. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.12. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda a este Edital e seus anexos.

9.13. Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.14.2. A negociação será conduzida por agente de contratação ou comissão de contratação, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.15. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante com proposta de MENOR PREÇO GLOBAL será declarado vencedor, ressalvada a eventual necessidade de apresentação de amostra, restando pendente, ainda, a verificação dos documentos de habilitação.

**CAPÍTULO X –** **DA ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO**

10.1. A PROPONENTE classificada provisoriamente em 1º lugar deverá apresentar folders, catálogos ou fotos dos produtos, materiais e equipamentos oferecidos ou, ainda, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado.

10.2. O descumprimento do prazo estipulado ensejará a desclassificação do licitante.

10.3. A avaliação técnica dos produtos será realizada pela área técnica da Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP) e/ou Serviço de Manutenção (SEMAN), consignando as razões que levaram à aceitação ou rejeição.

10.4. A comprovação das características do objeto ofertado será feita com base em:

10.4.1. Proposta técnica;

10.4.2. Folheto(s) e/ou folder(es) técnico(s) do fabricante; e

10.4.3. Informações obtidas no site do fabricante na Internet.

10.5. Será rejeitado o objeto proposto que:

10.5.1. Apresentar divergência em relação às especificações técnicas exigidas;

10.5.2 Apresentar qualquer tipo de falha durante o teste de uso, após a entrega do produto, a critério do CONTRATANTE;

10.5.3. Apresentar indícios de produto usado, recondicionado ou remanufaturado.

10.6. No caso de não atendimento à exigência acima ou no caso de o produto não ser aprovado pela Área Técnica, o Pregoeiro desclassificará a proposta e convocará a licitante subsequente e assim sucessivamente.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

11.2. O licitante que não atender às exigências de habilitação parcial no SICAF deverá apresentar documentos que as supram.

11.3. O licitante deverá apresentar a seguinte documentação complementar:

1. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. III do art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;
2. Registro comercial, no caso de empresário individual; ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;
3. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, em plena validade;
4. para fins de execução contratual, declaração de que a licitante possuirá, em seu quadro de funcionários profissional de nível superior com graduação em Engenharia, devidamente registrado no CREA, para realizar a função de responsável técnico dos serviços de engenharia contratados.

IV.1. A comprovação de vinculação do profissional, que será o responsável técnico, deverá ocorrer previamente ao início da execução contratual e atender aos seguintes requisitos:

IV.1.1. SÓCIO – cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;

IV.1.2. DIRETOR – cópia autenticada do contrato social em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; e

IV.1.3. EMPREGADO – cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

1. Declaração de Vistoria ao local de prestação dos serviços, conforme modelo do Anexo IX, emitida pela própria licitante, ou declaração de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria poderá ser feita no horário das 13h00 às 18h00, com agendamento prévio pelo telefone (61) 3314-2117 (Serviço de Manutenção – SEMAN);

V.1. Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria ao local de prestação dos serviços, a ausência de apresentação da declaração prevista no item VI não implicará desclassificação da licitante vencedora; entretanto, esta não poderá alegar desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes na presente contratação para eximir-se das obrigações assumidas.

11.3.1. A não apresentação do documento constante do inciso I não implicará a inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

11.4. O licitante que deixar de enviar a documentação indicada neste Capítulo, será inabilitado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

11.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

11.6 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando documentos comprobatórios da execução dos serviços, tais como: cópias do contrato que deu suporte à contratação ou de sua nota fiscal, endereço atual do emissor do atestado, local em que foram prestados os serviços/fornecimento etc, não se configurando o presente rol como taxativo, mas apenas exemplificativo.

11.7. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF, ou que nele constem como vencidos na data de abertura da licitação, deverão ser remetidos pelo licitante, no mesmo prazo estipulado no item 9.4, contados da solicitação do pregoeiro.

11.7.1 No relatório de consulta ao SICAF, emitido para cumprimento do item 11.1, deverá constar, no mínimo, a regularidade com os seguintes entes, em plena validade:

11.7.1.1 Receita Federal e PGFN;

11.7.1.2 Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço (FGTS);

11.7.1.3 Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT); e

11.7.1.4 Receita Estadual/Municipal/Distrital.

11.8. Em caráter de diligência, o Pregoeiro poderá solicitar, a qualquer momento, em original ou por cópia autenticada, os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema de *Compras do Governo Federal: Compras.gov.br*, bem como poderá solicitar correções ou saneamento de omissões na proposta e documentação remetidas.

11.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.10. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

11.11. As exigências de habilitação de licitante estrangeiro serão atendidas mediante documentos equivalentes, os quais poderão inicialmente ser entregues traduzidos para língua portuguesa por tradução livre.

11.11.1. Caso o licitante vencedor seja estrangeiro, para fins de recebimento da nota de empenho, os documentos de que trata esse item deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos dispostos no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8660.htm), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.12. Tratando-se de entidades preferenciais, nos termos do item 5.4, havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, observada a declaração de que trata o item 5.4 deste Edital.

11.13. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.14. Para o recebimento da nota de empenho, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

11.14.1. Caso o vencedor da licitação não comprove as condições de habilitação consignadas no edital ou se recuse a receber a nota de empenho, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para receber a nota de empenho nas condições propostas pelo licitante vencedor, após comprovados os requisitos para habilitação e analisada a proposta e eventuais documentos complementares.

11.14.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.14.1, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

11.14.2.1 convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

11.14.2.2 adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

Capítulo XII – DA SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA E DA COTA RESERVADA

12.1 Tendo em vista a especificidade do objeto que compõe a presente licitação, não haverá cota reservada para as entidades preferenciais prevista no art. 26 da Lei Distrital no 4.611/2011.

capítulo XIII – do RECURSO

13.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, após o julgamento das propostas de preços e outros 10 (dez) minutos após a habilitação, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade competente a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

13.1.2 O licitante que registrar intenção de recurso deverá apresentar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente.

13.2 Para fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar, a partir do encerramento da fase de lances, vista dos autos, que permanecerão franqueados aos recorrentes no Serviço de Licitação do TCDF, bem como no sistema de processo eletrônico do TCDF, no sítio <http://www.tc.df.gov.br/>, link “Consulta Processual”, “Consulta Rápida”, por meio do número do processo indicado na capa deste Edital.

13.3 Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da adjudicação do objeto e homologação do procedimento.

13.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

# CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do certame, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

CAPÍTULO XV – DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

15.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade resultante de fato superveniente devidamente comprovado e deverá anulá-la, de ofício ou mediante provocação de terceiros, por ilegalidade insanável

15.1.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVI – DA CONTRATAÇÃO

16.1. A contratação será regida, especialmente, pelos itens constantes do Anexo I (Termo de Referência), a seguir elencados:

|  |  |
| --- | --- |
| **Anexo I do Edital – Termo de Referência** | |
| 16.1.1 - DO INSTRUMENTO DE AJUSTE | Item 4.3 |
| 16.1.2 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE | Item 5.2 |
| 16.1.3 - DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA | Item 5.3 |
| 16.1.4 - DA FISCALIZAÇÃO | Item 5.4 |
| 16.1.5 - DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES | Item 5.5 |
| 16.1.6 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO | Item 5.6 |
| 16.1.7 - DA GARANTIA DO FORNECIMENTO | Item 5.7 |
| 16.1.8 - DO PAGAMENTO | Item 5.8 |
| 16.1.9 - DO REAJUSTE DE PREÇOS | Item 5.9 |
| 16.1.10 - DA GARANTIA CONTRATUAL | Item 5.10 |
| 16.1.11 - DAS SANÇÕES APLICÁVEIS | Item 8 |

16.2 Além do disposto no item 16.1, a contratação deverá obedecer às demais cláusulas do Anexo I do Edital – Termo de Referência.

capítulo xVII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 São partes integrantes deste Edital o Anexo I (Termo de Referência), Anexo II (Especificações Técnicas), Anexo III (Estimativa de Preços), Anexo IV (Croqui), Anexo V (Memória de Cálculo do BDI e dos Encargos Sociais utilizados para fins de Elaboração da Estimativa de Preço), Anexo VI (Detalhamento dos Custos Unitários Referentes às Composições Próprias (Criadas) utilizados para fins de Elaboração da Estimativa de Preço), Anexo VII – (Modelo da Proposta de Preços), Anexo VIII (Termo de Vistoria) e Anexo IX (Modelo de Ordem de Fornecimento).

17.2 Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente Edital e seus anexos e submissão total às normas nele contidas.

17.3 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.4 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

17.5 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

17.6 Em caso de divergência entre as disposições contidas em normas infralegais e aquelas contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

17.7 Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do TCDF, sem prejuízo do disposto no art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

17.8 Nos termos do artigo 1º da Lei Distrital no 5.061/2013, c/c o artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, é estritamente vedado o uso de mão de obra infantil.

17.8.1 O uso ou o emprego da mão de obra infantil constituirá motivo para a rescisão do ajuste e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

17.9 Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017, é estritamente proibido o uso ou o emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, e sua utilização ensejará a rescisão do ajuste e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

17.10 Sem prejuízo do disposto no Item 3.2.1:

17.10.1 O esclarecimento de dúvidas de ordem técnica (Anexos I a X) poderá ser realizado na Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP) do TCDF, localizada na Praça do Buriti, 3º andar do Edifício Anexo do Tribunal de Contas do DF, telefone (61) 3314-2283, das 13h00 às 18h30 ou por e-mail: [sesap1@tc.df.gov.br](mailto:sesap1@tc.df.gov.br).

17.10.2 O esclarecimento de dúvidas sobre o Edital poderá ser realizado junto ao Serviço de Licitação (SELIC), por meio dos telefones (61) 3314-2742 e 3314-2202, no horário de 13h00 a 18h30.

17.11 Para todos os atos praticados em decorrência deste Edital, deverá sempre ser observado o horário de Brasília/DF.

17.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, quando definidos em dias, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

17.12.1. Somente se iniciam ou vencem os prazos em dias que haja expediente neste Tribunal de Contas do Distrito Federal.

17.12.2. Para os fins do item 17.12, serão considerados dias úteis aqueles definidos no calendário oficial do Tribunal de Contas do Distrito Federal, salvo aqueles envolvendo prazos definidos automaticamente pelo sistema *de Compras do Governo Federal: Compras.gov.br*.

capítulo xVIII – Do foro

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais controvérsias relativas ao presente Pregão.

Brasília - DF, em 25 de junho de 2025.

***ASSINADO DIGITALMENTE***

**Henrique Luciano da Costa**

**Chefe Substituto do Serviço de Licitação**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ANEXO I** | | |
| **TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL** | | |
| **TERMO DE REFERÊNCIA N.º 02/2024** | | |
| **OBJETO** | Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação completa de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), incluindo todos os componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF. | |
| **PROCESSO** | **00600-00003749/2024-16** | |
| **ESTIMATIVA** | **R$ 67.911,08** | |
| **DATA DA ESTIMATIVA** | **05.10.2024** | |
| **REGIME** | **EMPREITADA POR PREÇO TOTAL** | |
| JULGAMENTO | **MENOR PREÇO** | |
| **RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO** | | |
| **ÁREA ADMINISTRATIVA**  Oswaldo Junqueira Vaz Júnior  Darlan Lima Carneiro  Marcos Antonio Nascimento de Souza Apolônio | | **TELEFONE**: (61) 3314-2870  **EMAIL:** spc@tc.df.gov.br |
| **ÁREA REQUISITANTE**  Valter Formiga Albuquerque | | **TELEFONE**: (61) 3314-2283  **EMAIL:** valterfa@tc.df.gov.br |
| **ÁREA TÉCNICA**  Júlio Maurício Pinho Ribeiro Júnior | | **TELEFONE**: (61) 3314-2117  **EMAIL:** juliorjr@tc.df.gov.br |

|  |
| --- |
| 1. **DEFINIÇÃO DO OBJETO** |

* 1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação completa de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), com capacidade mínima para até 22 KW, com garantia on site, pelo período de 12 (doze) meses, incluindo todos os componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF.

|  |
| --- |
| 1. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO** |

* 1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
     1. Disponibilização de carregadores de veículos eletrificados (elétricos e híbridos) nos estacionamentos dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal, a fim de suprir a demanda de recarga de veículos utilizados pelas Autoridades, Membros, servidores e colaboradores do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
  2. MOTIVAÇÃO
     1. **Razões de direito**
        1. Nos termos do art. 69, inciso I, da Resolução TCDF nº 273, de 03.07.2014, compete à Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP) planejar, organizar, dirigir, controlar, supervisionar e, quando for o caso, realizar atividades relativas a obras, projetos de engenharia, manutenção predial e reparos, telecomunicações, áudio e vídeo, segurança, transportes, conservação e limpeza predial, copa, jardinagem, lavanderia e dedetização, bem como outros serviços de engenharia, de arquitetura e de apoio executados no âmbito do Tribunal.
        2. Ainda, conforme estabelecido no inciso X do art. 77 daquela Resolução, é da competência dos ocupantes de cargos de natureza especial, de cargos em comissão e de funções de confiança de direção, chefia e supervisão, as atribuições inerentes ao papel gerencial e de caráter geral as seguintes atividades como explicitar a necessidade, a motivação, os resultados a serem alcançados, a especificação técnica, as quantidades e o orçamento de contratação de bens e serviços pertinentes a sua área de atuação.
        3. A demanda prevista na Portaria TCDF nº 10 de 22/01/2024, alterou a distribuição e utilização das vagas privativas, acrescentando vagas do tipo rotativas destinadas à utilização de veículos eletrificados (elétricos e híbridos).
        4. Segundo a Orientação Técnica nº 2/2009, do Instituto Brasileiro de Auditoria em Obras Públicas (IBRAOP), enquadra como Obras de Engenharia os seguintes procedimentos relacionados às edificações, com a seguinte definição:
           1. **Instalar:** atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.
     2. **Razões de fato**
        1. A tendência de utilização de carros elétricos na sociedade tem trazido a necessidade de contemplar infraestrutura mínima no âmbito do TCDF, de forma a prover no âmbito desta Corte suporte tecnológico que assista essa demanda interna para as Autoridades, Membros, servidores e colaboradores que possuam carros elétricos e requeiram de eletropostos.
        2. Com isso, a instalação de uma estação de recarga para veículos pode ser justificada por diversos motivos, incluindo:
           1. Sustentabilidade ambiental: promover a utilização de veículos elétricos reduz as emissões de poluentes, contribuindo para a redução da pegada de carbono e ajudando na preservação do meio ambiente;
           2. Responsabilidade social: demonstrar preocupação com a sustentabilidade e incentivar práticas ambientalmente responsáveis;
           3. Estímulo à mobilidade sustentável: oferecer essa infraestrutura pode encorajar servidores e visitantes a adotarem veículos elétricos, contribuindo para a transição para meios de transporte mais limpos;
           4. Incentivo à inovação: investir em tecnologias e infraestrutura relacionadas aos veículos elétricos mostrar um compromisso com a inovação e com soluções energéticas mais avançadas.;
           5. Benefícios para os servidores: proporcionar a possibilidade de recarregar os veículos durante o expediente pode ser considerado um benefício adicional para os servidores, melhorando sua satisfação e bem-estar no trabalho.
  3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS
     1. Facilidade de acesso aos eletro-postos no ambiente do TCDF.
     2. Otimização da utilização dos veículos elétricos, carregando-os durante períodos de menor demanda
     3. Promoção de suporte e infraestrutura de fontes renováveis de geração elétrica e implantação de redes inteligentes de energia no âmbito desta Corte de Contas.
     4. Instalação de estações de recarga de veículos elétricos, para conveniência, o bem-estar e as condições favoráveis de trabalho para servidores e autoridades do complexo arquitetônico do TCDF, dando cumprimento ao disposto na Portaria TCDF nº 10/2024.

|  |
| --- |
| 1. **DESCRIÇÃO DO OBJETO** |

* 1. DESCRIÇÃO DO OBJETO
     1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação completa de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), incluindo todos os demais componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II deste Edital de Pregão Eletrônico.

|  |
| --- |
| 1. DO FORNECIMENTO E DO INSTRUMENTO DE AJUSTE |

* 1. DO MODELO DE FORNECIMENTO
     1. No fornecimento e instalação deverão ser observados as especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos no presente Instrumento e as Normas Técnicas competentes relativas ao objeto, em especial às expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos do Anexo II (Especificações Técnicas), bem como a aplicação uniforme de materiais e de tecnologias.
  2. DO REGIME DE EMPREITADA
     1. O fornecimento será executado de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço global.
  3. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE
     1. Sem prejuízo do Título III (Dos Contratos Administrativos) da Lei nº 14.133/2021, o presente Instrumento, os demais Anexos e a proposta do adjudicatário serão partes integrantes da Nota de Empenho de despesa, a qual substituirá o Instrumento de Contrato.
     2. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar a Nota de Empenho no prazo de 5 (cinco) dias úteis após seu envio caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os proponentes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.
     3. O prazo de que trata o item 4.3.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.
     4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Instrumento.

|  |
| --- |
| 1. **MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL** |

* 1. **PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**
     1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos serviços prestados aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.
     2. A execução da obra e serviços comuns de engenharia contratados pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:
        1. **À CARGO DO CONTRATANTE:**
           1. **GESTOR DO CONTRATO**: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado pela autoridade competente;
           2. **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO:** servidor da área técnica designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;
           3. **FISCAL REQUISITANTE DO CONTRATO:** servidor representante da Área Requisitante da solução, indicado pela autoridade competente dessa área.
           4. **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.
        2. **À CARGO DA CONTRATADA:**
           1. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

* 1. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE
     1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;
     2. Relacionar-se com a CONTRATADA somente por meio de pessoa por ela credenciada;
     3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Ato convocatório e demais anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;
     4. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da mantença das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
     5. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, após o adimplemento da obrigação;
     6. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
     7. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
     8. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes ao cumprimento contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;
     9. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA a suas dependências, para fins de cumprimento contratual;
     10. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento;
     11. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.
  2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
     1. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do ajuste, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade devido a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE;
     2. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais.
     3. Manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas no presente Instrumento;
     4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto da presente contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125, da Lei no 14.133/2021.
     5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do presente Instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
     6. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do ajuste, atinentes ao atendimento desta contratação;
     7. Comunicar à fiscalização do CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos trabalhos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do ajuste;
     8. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução das obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;
     9. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do ajuste;
     10. Manter os seus empregados devidamente identificados, por meio de crachá, identificação e uniforme, quando necessário o trânsito nas dependências no TCDF;
     11. Os empregados da CONTRATADA não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o TCDF, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
     12. Executar os procedimentos objeto do ajuste, por meio de pessoas idôneas, com capacitação profissional, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem ao CONTRATANTE, podendo este solicitar a substituição de funcionário cuja conduta seja julgada inconveniente ou cuja capacitação técnica seja insuficiente;
  3. DA FISCALIZAÇÃO
     1. A fiscalização da execução do ajuste do presente Instrumento será exercida por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado, para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 03, de 22/12/1997.
     2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive aquela resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.
     3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:
        1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis ao correto fornecimento contratado, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e
        2. Sustar quaisquer serviços ou fornecimentos que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado no presente Instrumento, ou ainda que possam atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou de bens do CONTRATANTE.
     4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser autorizadas pela autoridade competente do TCDF em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.
     5. O fornecimento rejeitado, seja devido ao uso de materiais inadequados, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.
  4. DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES
     1. A realização das instalações previstas nesta contratação dar-se-ão de forma integral no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.
     2. O prazo de vigência do ajuste fica adstrito ao seu exercício financeiro, podendo ser prorrogado desde que as despesas a ele referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do ano corrente, permitindo-se a inscrição em restos a pagar.
     3. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogados, a critério do CONTRATANTE de forma justificada, desde que mantidas as demais cláusulas do juste e assegurada à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
  5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
     1. Cumprido o objeto da contratação, a CONTRATADA emitirá a nota fiscal correspondente, sendo o objeto recebido pelo CONTRATANTE, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:
        1. **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, por servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações e das exigências contratuais.
        2. **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, devendo-se observar o disposto no artigo 119 da Lei nº 14.133/2021.
     2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo dos produtos entregues, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da Contratada, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.
     3. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. A CONTRATADA receberá cópia do termo detalhado para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, ficando, desde já, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis, previstas neste Termo de Referência.
     4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
  6. DA GARANTIA DO FORNECIMENTO
     1. Os produtos, equipamentos e serviços realizados devem contar com garantia mínima de 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo e dispor de assistência técnica autorizada, preferencialmente na cidade de Brasília/DF.
  7. DO PAGAMENTO
     1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação, a CONTRATADA protocolizará, perante o CONTRATANTE, Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.
        1. A CONTRATADA, assim que emitir a nota fiscal dos produtos, independentemente do envio efetivo dos bens, deverá encaminhar cópia para o seguinte endereço eletrônico: [secon.gab@tc.df.gov.br](mailto:secon.gab@tc.df.gov.br).
     2. Nos termos do Protocolo ICMS nº 42, de 03/07/2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (descritos no Anexo Único do referido Protocolo), deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/2005, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A; salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.
     3. Nos termos dos Art. 1º, caput e §4º, Art. 3º, e Art. 35 todos do Decreto nº 43.982, de 05 de dezembro de 2022, os contribuintes do ISS por ocasião da prestação do serviço que realizar, deverão utilizar a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) para fatos geradores a partir de 1º de janeiro de 2023.
     4. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada previamente a regularidade da empresa perante a Fazenda do Distrito Federal, perante a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal (quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), e a Justiça do Trabalho (por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as certidões apresentadas na habilitação estejam vencidas.
     5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado, ou suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias; não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus contra o CONTRATANTE.
     6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no item 5.8.1, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.
     7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar Federal n° 123/2006.
     8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso o produto fornecido seja rejeitado pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverá ser substituído pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.
     9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/2014, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.
  8. DO REAJUSTE DE PREÇOS
     1. Em conformidade com o § 7º do art. 25 da Lei Federal 14.133/2021, o preço unitário de cada Item contratado poderá ser reajustado pela variação acumulada do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) no período de referência, na hipótese de o pagamento pela execução total do objeto demandado ocorrer a partir de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado previsto no presente Instrumento, sendo atendidas as condições contratuais.
     2. O reajuste de preço referido neste tópico, caso admitido, será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:



Em que:

R = valor do reajustamento;

V = valor da parcela correspondente do contrato;

I1 = nº índice do IPCA relativo à data em que o contrato completar o aniversário do orçamento estimado;

I0 = nº índice do IPCA relativo à data do orçamento estimado;

* + 1. Para cálculo de I1, será aplicada a seguinte fórmula:



Em que:

I1 = nº índice do IPCA relativo à data em que o contrato completar o aniversário do orçamento estimado;

IA = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

IB = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimado;

D1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

* + 1. Para cálculo do I0, será aplicada a seguinte fórmula:



Em que:

I0 = nº índice do IPCA relativo à data do orçamento estimado;

IC = nº índice do IPCA do mês anterior ao da data do orçamento estimado;

ID = nº índice do IPCA do mês do orçamento estimado;

d0 = nº de dias decorridos entre o início do mês do orçamento estimado e a data do orçamento estimado;

D0 = nº de dias corridos do mês do orçamento estimado.

* + 1. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último número índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à CONTRATADA efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.
    2. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.
    3. O reajuste dos preços dos produtos a que a CONTRATADA fizer jus e não for solicitado durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão com o encerramento do contrato.
    4. O reajuste previsto no presente tópico será formalizado por Apostilamento.
  1. DA GARANTIA CONTRATUAL
     1. Não será exigida a garantia contratual prevista artigo 96 (caput), e §1º, da Lei nº 14.133/2021.
  2. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO
     1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.
     2. Mensagens eletrônicas (e-mail, WhatsApp, Telegram etc.) podem ser utilizadas para agilizar a comunicação entre as Partes.

|  |
| --- |
| 1. **ESTIMATIVA DE PREÇO** |

* 1. O valor total estimado para o fornecimento e instalação previsto no presente objeto é de até R$ 67.911,08 (sessenta e sete mil, novecentos e onze reais e oito centavos), conforme detalhado na planilha do Anexo III (Estimativa de Preços).
  2. A pesquisa de preços e orçamento foi realizada na fase instrutória da presente contratação e efetivada como data-base no dia 05/10/2024, conforme estabelecido §7º, do art. 25 da Lei nº 14.133/2023.
  3. Nos termos do art. 104, do Decreto Distrital nº 44.330/2023, avaliou-se os preços das propostas apresentadas e por se tratar de contratação em lote único, adotou-se a média dos apresentados considerando a necessidade do objeto e paridade aos preços públicos encontrados.

|  |
| --- |
| 1. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** |

* 1. As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
  2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos produtos.

|  |
| --- |
| 1. **DAS SANÇÕES APLICÁVEIS** |

* 1. A Proponente, ou a CONTRATADA, será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, sendo-lhe aplicadas as multas listadas abaixo, calculadas sobre o valor estimado para a contratação, a saber: (art. 155, caput, da Lei nº 14.133/2021):
     1. dar causa à inexecução parcial do contrato: multa de 12% (doze por cento);
     2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: multa de 15% (quinze por cento);
     3. dar causa à inexecução total do contrato: multa de 20% (vinte por cento);
     4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame: multa de 12% (doze por cento);
     5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: multa de 20% (vinte por cento);
     6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: multa de 20% (vinte por cento);
     7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: multa de 11% (onze por cento);
     8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);
     9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: multa de 25% (vinte e cinco por cento);
     10. comportar-se de modo inidôneo: multa de 15% (quinze por cento);
     11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: multa de 20% (vinte por cento);
     12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: multa de 25% (vinte e cinco por cento).
     13. Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, no valor de 0,5% (cinco décimos por cento), por cada dia de atraso, sobre o valor do contrato, não ultrapassando o limite de 9% (nove por cento) sobre aquele valor.
  2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no Item anterior desta cláusula as seguintes sanções:
     1. **Advertência**, exclusivamente na hipótese da infração do Item 8.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021);
     2. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública** direta e indireta do Distrito Federal, por até 3 (três) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.2 ao 8.1.7 desta cláusula, quando não de justificar a imposição de penalidade mais grave; e
     3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** direta e indireta de todos os entes federativos, por no mínimo 3 (três) anos e até 6 (seis) anos, nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.8 ao 8.1.12 desta cláusula, e nas hipóteses previstas nos Itens 8.1.2 ao 8.1.7 também desta cláusula, quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a do Item 8.2.2.
  3. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.
  4. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE, bem como da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.
  5. Para dar efetividade à aplicação da(s) multa(s) administrativa(s) prevista(s) no item 8.1, fica estabelecido que somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R$ 100,00 (cem reais) para sua cobrança, exceto quanto for necessária além da referida multa, a aplicação de uma das penalidades previstas nos itens 8.2.2 e 8.2.3.
  6. Na aplicação das sanções previstas neste item 8 serão observadas as disposições constantes nos arts. 156 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

|  |
| --- |
| 1. **DOS CRITÉRIOS DE SELECÃO DO FORNECEDOR** |

* 1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS
     1. Será adotado o critério de julgamento **MENOR PREÇO** GLOBAL para julgamento e classificação das propostas, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.
     2. No valor apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta contratação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal do fornecedor, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.
  2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO
     1. As disposições que tratam sobre a HABILITAÇÃO dos licitantes constam do Capítulo XI do Edital.
  3. DA ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO
     1. As disposições que tratam sobre a ADEQUABILIDADE DO OBJETO OFERTADO constam do Capítulo X do Edital.
  4. DA VISTORIA TÉCNICA
     1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a PROPONENTE poderá realizar vistoria técnica nas instalações do local de execução dos serviços de instalação, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 18h00;
     2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital do Pregão Eletrônico, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;
     3. Para realização da vistoria, a PROPONENTE – ou o seu representante legal – deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;
     4. Por ocasião do **agendamento prévio da Vistoria Técnica** junto à Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio (SESAP), à PROPONENTE – ou ao seu representante legal – deverá entrar em contato pelo telefone (3314-2283) ou encaminhar um e-mail (**valterfa@tc.df.gov.br**) para realização desse agendamento com o setor ou servidor responsável.
     5. A realização da vistoria prévia ao local de execução do objeto da presente contratação é **facultativa**. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria técnica, essa não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local de fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços de instalação, configuração e manutenção, devendo, portanto, a LICITANTE, caso vencedora, assumir os ônus dessa sua opção.

|  |
| --- |
| 1. **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL** |

* 1. O presente Termo de Referência possui fundamento nos normativos abaixo relacionados e nos que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses da Administração e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:
     1. Lei nº 14.133/2021;
     2. Lei Distrital nº 4.770/2012;
     3. Decreto Distrital nº 44.330/2023;
     4. Resolução TCDF nº 273/2014;
     5. Instrução TCDF nº 3/1997.

|  |
| --- |
| 1. **DOS ANEXOS** |

* 1. ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS;
  2. ANEXO III – ESTIMATIVA DE PREÇOS;
  3. ANEXO IV – CROQUI;
  4. ANEXO V – MEMÓRIA DE CÁLCULO DO BDI E DOS ENCARGOS SOCIAIS PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS;
  5. ANEXO VI – DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS REFERENTES ÀS COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS (CRIADAS) PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS;
  6. ANEXO VII - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
  7. ANEXO VIII – TERMO DE VISTORIA;
  8. ANEXO IX - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO;

|  |
| --- |
| 1. **DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA** |

* 1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência o Secretário da Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio - SESAP e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

**ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

1. **DA DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**
   1. ITEM 1 - Fornecimento de 2 (duas) estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), incluindo totem/pedestal e licença de 12 (doze) meses de software em nuvem para gerenciamentos destas estações, bem como os demais componentes adequados para uso diário e coletivo em locais externos e públicos, destinadas ao estacionamento dos Edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (conforme croqui – Anexo IV) com, no mínimo, as seguintes características:
      1. **DAS ESTAÇÕES DE CARREGAMENTO**
         1. Estação de recarga trifásica com uma saída independente com capacidade mínima para até 22 kW, tensão de alimentação 198-415 V ca ±10% 3F+N+T, frequência 50/60 Hz ±5%;
         2. Interface de comunicação OCPP 1.6 aberto, ou superior, que permita conexão entre estações e sistemas na nuvem;
         3. Conexão com a internet via *wi-fi* e cabo de rede com entrada RJ-45;
         4. Sistema de controle de acesso via cartões/tag de proximidade (RFID) ou aplicativo para celular;
         5. Cabo de, no mínimo, 4 metros com conector Tipo 2 (europeu).
         6. Quantidade: 2 (duas) unidades.
      2. **DOS TOTENS**
         1. Totem/Pedestal para instalação da estação de recarga no solo, tipo externa, com as seguintes características:
            1. grau de proteção resistente à poeira e jatos de água (IP65);
            2. com suporte para os cabos de abastecimento;
            3. espaço interno para passagem dos cabos de energia;
            4. pintura eletrostática; e
            5. altura mínima de 0,90m.
         2. Demais especificações em conformidade com o fornecedor da estação de recarga.
         3. Quantidade: 2 (duas) unidades.
      3. **DO SOFTWARE**
         1. Software em nuvem para gerenciamento da estação de Recarga para Veículo Elétrico, com as seguintes características:
            1. Painel administrativo com possibilidade de identificação de cada usuário e emissão de relatórios de consumo de energia elétrica por usuário/período.
            2. Licença válida por, no mínimo, 12 (doze) meses.
         2. Quantidade: 2 (duas) unidades.
   2. ITEM 2 – Da obra e serviços comuns de engenharia, contemplando a instalação completa de 2 (duas) estações de recarga e seus componentes, incluindo:
      1. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica;
      2. projeto executivo;
      3. mão-de-obra especializada;
      4. kit de proteção exigido por norma, tais como dispositivos contra curto-circuito, sobretensão, sobrecorrente, falha de comunicação com o automóvel, corrente de fuga à terra (DR tipo A, disjuntor e DPS);
      5. Eletrodutos e cabos para passagem interna e externa de infraestrutura elétrica e de dados completa.
2. **DAS AÇÕES A SEREM EXECUTADAS**
   1. DA ENTREGA E EXECUÇÃO
      1. Os produtos deverão ser entregues e instalados nos locais indicados pelo CONTRATANTE, nas dependências dos estacionamentos dos edifícios Sede e Anexo do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
      2. A realização das instalações previstas nesta contratação dar-se-ão de forma integral no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.
      3. A execução da instalação e montagem completa das estações de recarga realizar-se-ão de forma **integral**, **ininterrupta** e em **tempo único**, não sendo permitida a inicialização do serviço e posterior interrupção por qualquer prazo para finalização em outro momento.
      4. O Tribunal de Contas do DF se responsabilizará por eventuais serviços de corte, reaterro e/ou restauração de pisos, calçadas, asfaltos e gramados para passagem dos cabeamentos de infraestrutura internos/externos necessários.
   2. **DAS CONDIÇÕES**
      1. A proposta deverá incluir a elaboração do **Projeto Executivo** para a instalação das estações, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (projeto e execução).
      2. Os equipamentos e as instalações devem atender às normas ABNT NBR 17019:2022, ABNT NBR 5410:2004 e ABNT NBR 5419:2005.
      3. A proposta deverá prever o emprego de peças, produtos e equipamentos – todos novos, originais e de primeiro uso – e deverá especificar, quando cabíveis:
         1. Marca;
         2. Modelo;
         3. Garantia;
         4. Fabricante;
         5. custos unitários e totais; e
         6. Outras referências que bem identifiquem peças, produtos, equipamentos e serviços.
      4. A proposta deverá prever ainda o material, produtos, equipamentos e a mão-de-obra necessária à instalação do sistema operador, tais como:
         1. Eletrodutos;
         2. Cabos;
         3. Disjuntores;
         4. Demais dispositivos eletrônicos e mecânicos necessários à operação das estações de recarga, assim como a eventual substituição de peças e partes avariadas.
      5. O recebimento definitivo consubstanciará na entrega completa de todos os produtos, materiais e softwares previstos, bem como na execução completa dos serviços de instalação das estações de recarga.
         1. As estações de recarga, bem como o software de gestão, deverão ser entregues instalados, configurados e em plenas condições de uso e funcionamento.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

**ANEXO III - ESTIMATIVA DE PREÇOS**



**Observações:**

1. Eventual citação de marca de produto, constante da descrição dos itens acima, tem por objetivo apenas referenciar aspectos de qualidade e produtividade. **Entretanto, cabe ressaltar que serão aceitas cotações de produtos similares;**
2. Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados. A utilização efetiva do produto similar nos serviços de reforma, contudo, deverá ser precedida de análise e aprovação por parte da fiscalização do contrato.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

**ANEXO IV – CROQUI**

**Diagrama

Descrição gerada automaticamente**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

ANEXO V – MEMÓRIA DE CÁLCULO DO BDI E DOS ENCARGOS SOCIAIS PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS (Anexo III)

**BDI CONVENCIONAL**

As planilhas orçamentárias fornecidas no Anexo V (MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS E MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE DISCRIMINAÇÃO PARA A PROPOSTA DE PREÇOS) deverão ser preenchidas pelos licitantes com os custos unitários de cada item de serviço.

O BDI convencional, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, deverá ser apresentado em separado pelo licitante, nos moldes do presente Anexo.

Cada licitante deverá compor sua taxa de BDI convencional com base na fórmula apresentada adiante, levando em conta que nessa taxa deverão ser considerados, além dos tributos, as despesas indiretas, não explicitadas na planilha orçamentária, e o lucro.

A fórmula proposta para o cálculo do BDI Convencional, nos termos da Decisão TCDF nº 1.583/2014 e do Acórdão TCU nº 2.622/2013 - Plenário, é:

**BDI =   (1 + AC + S + R + G).(1 + DF).(1 + L) - 1  . 100%**

**(1 - I)**

*Fonte: Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário*

Em que:

**AC** é a taxa de rateio da Administração Central;

**S** é uma taxa representativa de Seguros;

**R** é a taxa correspondente aos riscos e imprevistos;

**G** é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;

**DF** é a taxa representativa das despesas financeiras;

**L** é a taxa corresponde ao lucro bruto e;

**I** é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o valor faturado.

Para empresas tributadas pelo Lucro Real ou Presumido a parcela Ideverá incorporar as alíquotas de PIS e Cofins, além do ISS e da CPRB (quando for o caso). Já para empresas tributadas pelo Simples Nacional a parcela I deverá corresponder a alíquota efetiva integral de que trata o art. 18, §1º A da Lei Complementar nº 123/2006, além da CPRB (quando for o caso).

No orçamento estimado pelo TCDF para a presente contratação, foram adotados os seguintes valores percentuais, que conduziram a um BDI convencional de **19,84**%:

AC = 4,00%;

G =0,40%;

S = 0,40%;

R = 1,27%;

DF = 1,20%;

L = 7,40%;

I = 4,34%.

As alíquotas adotadas para os tributos incidentes sobre o faturamento foram as seguintes:

1. PIS = 0,65%; COFINS = 3,00% (considerando a incidência cumulativa de apuração);
2. ISS = 0,67% (Representando a alíquota efetiva desse imposto estimada para a presente licitação, obtida aplicando-se a fórmula abaixo, fundamentada no art. 45 do Decreto Distrital nº 25.508/2005);

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Tipo de Insumo** | **Preços Parciais** | **(%)** |
| Equipamentos | x | a% |
| Mão de Obra | y | b% |
| Material\* | z | c% |
| **Total Geral** | **x+y+z** | **100%** |

\*Com exceção dos itens de material sujeitos ao BDI diferenciado

Considerando a alíquota de **2%** para o ISS adotada no Distrito Federal para o objeto da presente licitação, a incidir sobre a fatura, descontados os materiais aplicados na obra, a alíquota efetiva a ser utilizada na contratação é:

**2% x (1 - c%) = Alíquota Efetiva\***

**\*Observação**:

1. Os valores utilizados na determinação da alíquota efetiva do ISS estimada na presente licitação encontram-se demonstrados na aba “bdi” das planilhas orçamentárias de estimativa de preços disponibilizadas.
2. No que tange ao ISS favor observar ainda os seguintes dispositivos do Decreto Distrital nº 25.508/2005: Art. 8, §11, Art. 38, inciso I, alínea “g”, Art. 44, Art. 45, Art. 72, e Anexo I – código 7.02.
3. A fórmula descrita para a alíquota efetiva do ISS não se aplica para as empresas tributadas pelo simples nacional. Essas empresas devem observar o disposto no item 9.3.16 do Anexo I do Edital.
4. No arquivo da planilha estimativa de custos encontra-se exemplo de cálculo do BDI para empresas tributadas pelo Simples Nacional sem a opção pela CPRB.

**ENCARGOS SOCIAIS**

1. Os encargos sociais sobre preços da mão de obra de horistas e mensalistas correspondem aos que se tornaram vigentes a partir de dezembro de 2023 para o Distrito Federal e que foram utilizados nas planilhas de preços unitários, constantes dos arquivos relativos ao Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, **sem** a desoneração dada pela Lei do Plano Brasil Maior (Lei nº 12.546/2011).

Interface gráfica do usuário

Descrição gerada automaticamente com confiança média

Fonte: https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e-conceitos/Livro2\_SINAPI\_Calculos\_e\_Parametros\_Edicao\_Digital\_Vigente.pdf

2) A PROPONENTE deve preencher e encaminhar, juntamente à sua proposta de preços, a respectiva planilha, conforme modelo constante deste Anexo. No entanto, os itens constantes do modelo não são exaustivos, devendo a planilha, a ser apresentada, contemplar os encargos sociais efetivamente arcados pela licitante.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

ANEXO VI – DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS REFERENTES ÀS COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS (CRIADAS) PARA FINS DE ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS (Anexo III)





**Observações:**

1. O presente anexo encontra-se preenchido com os dados levantados durante a elaboração da estimativa dos preços.
2. Os códigos empregados nos itens constantes desse Anexo (CPU XXXX) correspondem aos mesmos códigos dos itens constantes das planilhas do Anexo III, e detalham a memória de cálculo das composições unitárias criadas (próprias).
3. Eventual citação de marca de produto, constante da descrição dos itens acima, tem por objetivo apenas referenciar aspectos de qualidade e produtividade. Entretanto, cabe ressaltar que serão aceitas cotações de produtos similares;
4. Entende-se como similar o produto de outra marca que possua qualidades iguais ou superiores aos referenciados. A utilização efetiva do produto similar nos serviços de reforma, contudo, deverá ser precedida de análise e aprovação por parte da fiscalização do contrato.
5. Os dados dos custos unitários das composições próprias a serem preenchidas pelos PROPONENTES em sua proposta deverão **reproduzir os dados já constantes do respectivo resumo da proposta de preços (Anexo VII), sem a inclusão de BDI.**
6. No preço unitário dos itens de mão de obra já deverão estar inclusos os encargos sociais correspondentes, inclusive os complementares[[1]](#footnote-2), quando cabível.
7. A(s) planilha(s) referente(s) ao presente Anexo tem(têm) por finalidade apenas detalhar os custos unitários referentes às composições próprias (criadas), **e não será(ão) levada(s) em conta para fins de julgamento do preço referente à licitação.**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

**ANEXO VII - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

[**NOME DO PROPONENTE**], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços para o fornecimento e a instalação de estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), com garantia *on site,* para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme abaixo:

| **Lote** | **Item** | **Qtd** | **Und** | **Descrição** | **Preço Unitário (R$)** | **Valor Total do Item (R$)** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1 | 1 | 2 | und | Estação de recarga para veículos elétricos do tipo trifásica, com uma saída com capacidade mínima de até 22 kW, interface de comunicação OCPP 1.6, Wi-Fi/Ethemnet/4G (LTE), Leitor RFID e 01 cabo com conector Tipo 02 (mínimo de 4m), bem como licença do *software* de gerenciamento e respectivo toten para fixação da estação de recarga do tipo externa, a ser fixado no solo.   * Marca/Modelo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ * Garantia: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ meses. | **(\*)** |  |
| 2 | 1 | serv | Serviços de implementação da infraestrutura necessária para a instalação das 2 (duas) estações de recarga descritas no Item 1, incluindo:  - ART;  - Projeto Executivo;  - mão-de-obra especializada,  - kit de proteção exigido por norma (DR tipo A, disjuntor e DPS);  - eletrodutos e cabos para passagem de infraestrutura elétrica externa completa. | **(\*)** |  |
| **Valor Total (R$)** | | | | | |  |

***(\*) Valor a ser lançado no sistema Compras.gov.***

**Declaração -** A [nome da proponente] declara que:

1. Atenderá ao prazo para execução total do objeto no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho.
2. O prazo de validade da proposta é de no mínimo de 60 (sessenta) dias corridos da data de sua apresentação definitiva;
3. Os produtos, equipamentos e serviços realizados possuem \assistência técnica autorizada pelo fabricante, no Distrito Federal, \_\_\_\_\_\_\_\_\_, localizada no endereço \_\_\_\_\_\_\_;
4. Atende aos requisitos previstos no art. 2° da Lei Distrital n° 4.770, de 22 de fevereiro de 2012.

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

**ANEXO VIII - TERMO DE VISTORIA**

Declaramos para fins do Pregão Eletrônico nº 90018/ 2025, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, referente à contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de estações para a recarga de veículos eletrificados (elétricos e híbridos), que a Empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ compareceu aos locais onde serão realizadas as atividades e serviços pertinentes a presente contratação, para verificação das condições e para levantar quantitativos e medições de dimensionamento dos locais, bem como dirimiu dúvidas pertinentes ao contexto de vistoria e do Edital e Termo de Referência pertinentes, conforme previsto no Instrumento convocatório.

Brasília-DF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal da Empresa

Visto:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Secretário

**Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio**

**OBSERVAÇÃO** - Tendo em vista a faculdade para realizar a vistoria dos locais – referente ao objeto da presente contratação –, a ausência da presente declaração não implicará INABILITAÇÃO do licitante vencedor; entretanto, este não poderá alegar desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes, para eximir-se das obrigações assumidas.

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º90018/2025-TCDF**

**ANEXO IX - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

|  |  |
| --- | --- |
| Logotipo  Descrição gerada automaticamente**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL** | **ORDEM DE SERVIÇO** |
| Contrato nº |
| O.F. nº |

1. **DESCRIÇÃO GERAL DOS PRODUTOS**

|  |
| --- |
|  |
|  |

1. **PRAZO PARA EXECUÇÃO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Período de execução** | **Data/hora do pedido** | **Data/hora de entrega** |
|  |  |  |

1. **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS**

|  |
| --- |
|  |
|  |

1. **CUSTOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Quantidade** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Total do Item (R$)** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **Valor Total da O.S. (R$)** | | |  |

1. **ANEXOS**

|  |  |
| --- | --- |
| **Documento(s)** | **Identificação** |
|  |  |
|  |  |

Brasília-DF, \_\_\_, de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 202\_.

1. Conforme o Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI – *“Os Encargos Complementares são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual, ferramentas manuais, exames médicos obrigatórios, seguros de vida e cursos de capacitação, cuja obrigação de pagamento decorre das convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam a prática profissional na construção civil. Os valores decorrentes dessas obrigações não variam proporcionalmente aos salários (remuneração da mão de obra)”.*

   *Fonte:*[*http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e*](http://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-manual-de-metodologias-e)*conceitos/Livro\_SINAPI\_Metodologias\_e\_Conceitos\_Versao\_Digital\_2a\_Edicao.pdf* [↑](#footnote-ref-2)